

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR DESCONTO

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC – Administração Regional no Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito privado, Entidade de Educação e Assistência Social sem fins lucrativos, serviço social autônomo vinculado ao sistema sindical como disposto no artigo 240, da Constituição Federal/88, criado e organizado pela CNC-Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo sob autorização do Decreto-Lei nº 9.853, de 13.set.1946 e administrado consoante seu Regulamento, editado pelo Decreto nº 61.836, de 5.dez.1967, com ato constitutivo registrado sob o nº 2.716, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do Rio de Janeiro, RJ, por intermédio da Comissão de Licitação designada pela Portaria Sesc/DR nº 1169/2025, torna pública a realização de licitação, modalidade **Concorrência, do tipo Maior Desconto** de acordo com os critérios de aceitabilidade contidos neste instrumento convocatório, regida pela Resolução Sesc n.º 1.593/2024 de 02/05/2024, pelas disposições deste instrumento convocatório e de seus anexos.

Ressaltando-se que este processo licitatório não é regido pela Lei de n.º 14.133/2021 (licitações e contratos da Administração Pública) e sim pelo REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SESC/DN, aprovado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc de nº 1.593/2024, de 02/05/2024; e

Não se aplica à presente licitação as disposições contidas na Lei Complementar de nº 123/2006

DATA E LOCAL DA REUNIÃO

A reunião para o recebimento das propostas comerciais, e dos documentos de habilitação, será realizada **às 09:00 (nove) horas do dia 24/07/2025**, na sede Administrativa do Sesc, sito na 301, norte, conjunto 01, lote 19, Avenida Teotônio Segurado, Palmas/TO.

1 - OBJETO

1.1 – O objeto do referido certame consiste na contratação de serviços de administração, intermediação e fornecimento de benefício alimentação e refeição aos colaboradores do Serviço Social do Comércio - Sesc – Administração Regional no Estado do Tocantins – Sesc/TO, por créditos mensais, cumulativos, nos cartões eletrônicos com chip de segurança de alimentação e refeição, que possibilitem a aquisição de gêneros alimentícios **in natura/refeições prontas** mediante rede de estabelecimentos credenciados na forma definida pela legislação pertinente, e dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam o Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT.

2.2- As empresas interessadas deverão observar os locais para prestação do serviço de administração e intermediação do benefício de alimentação e refeição.

2.3 - Para fins de entendimento desse Edital considera-se:

2.3.1 - Beneficiário: Os empregados do Sesc/TO;

2.3.2 - Número de empregados: 559 (quinhentos e cinquenta e nove), podendo haver variação em função de admissões ou desligamentos e o valor estimado¹, empregados para utilização do benefício;

2.3.3 – Valor estimado mensal: de R\$ 704.000,00 (setecentos e quatro mil reais); e

2.3.4 - Valor estimado anual: de R\$ 8.448.000,00 (oito milhões quatrocentos e quarenta e oito mil reais).

2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente serão aceitas empresas que atendam aos padrões estabelecidos no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT, do Ministério do Trabalho e Emprego.

2.2 - Os interessados em participar desta licitação deverão apresentar à comissão de licitação as documentações e proposta exigida para habilitação prévia e, em 02 (dois) envelopes distintos, a saber:

a) Envelope lacrado, identificado com os dizeres “Concorrência Tipo Maior Desconto Sesc Nº. 000009-25 – CC, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, data e horário da reunião, nome do licitante por extenso e endereço; e

b) Envelope lacrado, identificado com os dizeres “Concorrência Tipo Maior Desconto Sesc Nº. 000009-25 – CC, PROPOSTA COMERCIAL”, data e horário da reunião, nome do licitante por extenso e endereço.

2.3 – Deverão ser apresentados em envelopes distintos conforme alíneas “a”, “b” do subitem 2.2. A inversão do conteúdo dos envelopes ou a apresentação de conteúdos distintos em um dos envelopes ou ainda a falta de algum envelope, poderá acarretar a eliminação do licitante.

2.4 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas cujo objeto social exposto no estatuto ou contrato social, especifique atividade pertinente e compatível e que comprovem possuir capacidade técnica/fornecimento com o objeto da presente licitação e estejam legalmente estabelecidas no País.

2.5 – A participação na presente licitação implica em aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou específicas pertinentes ao seu objeto.

¹ Descrição detalhada no Anexo II

3 – DO QUESTIONAMENTO DO EDITAL

3.1 - Qualquer questionamento; eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital e seus anexos, ou sugestão visando à sua melhoria, deverá ser encaminhado por escrito em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes das Proposta Comercial e documentação.

3.1.1 - Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação de documentos e proposta, não cabendo aos licitantes o direito a qualquer reclamação posterior.

3.2 O questionamento deverá ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação, em documento original, datado e assinado pelo endereço eletrônico - *e-mail*: licitacoes@sescto.com.br ou por escrito e protocolado original, por meio da Comissão de Licitação, a ser entregue na sede do Sesc, sito na 301 norte Av. Teotônio Segurado.

3.2.1 Em caso de envio do questionamento através da via física do documento este deverá ser protocolado junto à Comissão até o prazo estabelecido no subitem 3.1, deste item.

3.3. A falta de manifestação motivada das proponentes, bem como a não apresentação de memoriais fundados naquelas razões, ou documentos que instruem o questionamento apresentado, no prazo previsto no subitem 3.1, importará na decadência do direito de recurso.

3.4 - Sendo acolhida, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 – Os questionamentos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

3.6. Os questionamentos, julgamentos e respostas serão disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do Sesc/TO <https://www.sescto.com.br/licitacao>.

3.2 – DO CREDENCIAMENTO

3.2.1 – Por credenciamento entende-se a apresentação dos seguintes documentos:

3.2.1.1 - Cópia do respectivo ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente; ou, alternativamente, o último documento consolidado, acompanhado das alterações subsequentes, se houver.

3.2.1.2 – **Sócios proprietários ou dirigentes** – no respectivo ato constitutivo, contrato social ou estatuto) no qual sejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações pela empresa. Deverá ser apresentado documento de identificação (válido em todo território nacional).

3.2.1.3 – **Procuradores** – procuração, pública ou particular ou Carta de Credenciamento, que comprove a outorga de poderes, para praticar todos os atos, em nome do licitante. No

caso da procuração particular ou carta de credenciamento, deverá ter firma reconhecida em cartório, (ou cópia autenticada), ou assinatura eletrônica ou digital com validade jurídica. Deverá ser apresentado documento de identificação do outorgado (válido em todo o território nacional).

3.2.1.4 – Os documentos de credenciamento do representante serão entregues em separado e NÃO DEVEM ser colocados dentro de nenhum dos envelopes.

3.2.1.5 – O credenciamento encerra com a leitura da Ata de Reunião com as respectivas empresas e seus representantes, que apresentaram documentos para tal ato.

3.2.5.1.1 – Após a leitura não será permitido recebimento de nenhum envelope de habilitação e proposta.

3.2.1.6 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto ao Sesc, nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

3.2.1.7 – A não apresentação ou incorreção dos documentos de credenciamento acarretará o não reconhecimento do representante, ficando o mesmo impedido de opinar no andamento licitatório, embora não seja negado à firma o direito de participar da licitação.

3.4 - IMPEDIMENTO

3.4.1 - Estarão impedidas de participar desta licitação, empresas que:

- a) estejam sob decretação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (lei 11.101/2005), e suas alterações dissolução ou liquidação".
- b) Estejam suspensas de licitar com o Sesc; e
- c) Empresas que detenham em seus quadros societários dirigentes, empregados, membros, efetivos e suplentes, do SESC, do SENAC, e/ou da FECOMÉRCIO ou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Presidente, ou dos membros, efetivos e suplentes, dos conselhos nacional, fiscal ou dos conselhos regionais dessas entidades, bem como com dirigentes de entidades sindicais ou civis, do comércio, patronais ou de empregados. (Acórdãos 2007, de 2022, e 532 de 2024 do TCU);
- d) Empresas cumprindo penalidade de suspensão de Licitar e/ou Contratar com o Sesc/TO e/ou com o Senac/TO.

3.4.2. - A empresa que estiver em processo de recuperação judicial poderá participar deste certame desde que, apresente juntamente com sua documentação relativa à qualificação

econômico-financeira, certidão emitida pela instância judicial competente que, certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

4 - HABILITAÇÃO

Serão admitidas a participar da presente licitação as pessoas jurídicas que comprovarem possuir requisitos mínimos de habilitação. Para tal, deverão ser habilitadas pela Comissão de Licitação após exame da documentação abaixo relacionada.

4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.2. – Cópia dos seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade, (válida em todo território nacional);
- b) Prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) Ato constitutivo estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente;
- d) Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos a alínea “c” ao item 6.4.2 do edital.

Observações:

- 1. Em se tratando de sociedade por ações, o ato constitutivo deverá ser acompanhado de documentação da eleição de seus administradores.
- 2. Tratando-se de sociedade civil, o ato constitutivo deverá estar inscrito no órgão de classe e acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 3. Documentos para habilitação, serão dispensados se já apresentados em fase anterior na licitação.

4.2 – REGULARIDADE FISCAL

4.2.1 – Pessoa jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do preponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Na prova de inscrição, não será aceito o Documento de Arrecadação;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, constando de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Estaduais, da sede da empresa licitante ou, se for o caso, certidão de não contribuinte;

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Federal**, constando de:

1 - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais; e

1.1 – Será aceita a Certidão Unificada que comprove a Regularidade referente aos tributos Previdenciários e quanto aos Tribunais Federais, conforme previsto na Portaria MF 358, de 5/9/2014, observados todos os critérios que envolvem essa alteração

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, constando de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais, da sede da empresa licitante ou, se for o caso, certidão de não contribuinte; e

f) Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, no cumprimento dos encargos instituídos por lei.

4.2.2 – Caso as certidões expedidas pelas fazendas federal, estadual, municipal, sejam POSITIVAS, o Sesc/TO se reserva o direito de só aceitá-las se elas contiverem expressamente o efeito de NEGATIVA, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional, passado pelo seu emitente.

4.2.3 – Os documentos deverão estar válidos na data de recebimento dos envelopes. Quando o órgão for omissor em relação ao prazo de validade dos mesmos, considerar-se-á o prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão.

4.2.4 – Sendo ou não contribuinte, o preponente fica obrigatório a apresentar as certidões de regularidade expedidas pelas Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

4.2.5 - As certidões deverão ser emitidas com a indicação do CNPJ da empresa licitante, exceto aquelas que, pela própria natureza, são emitidas somente em nome da matriz.

4.2.6 - Serão dispensados documentos apresentados em qualquer fase anterior.

4.3 - QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1 - Prova de “Capacidade Técnica” constituída por no mínimo 01 (um) atestado emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste que a empresa licitante tenha prestado, a contento o fornecimento de créditos para cartões de refeições, com o mínimo de 40% (quarenta por cento) do quantitativo total de benefícios apresentado, conforme o subitem 2.3.2.

4.3.1.1 - Na impossibilidade de apresentação de declaração única que ateste o quantitativo de benefícios apresentado para o fornecimento de créditos para os cartões

de refeições, conforme mencionado na alínea “a”, serão admitidos o somatório das declarações para comprovação, desde que em períodos concomitantes.

4.3.2 – Certidão de credenciamento no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (Lei n. 6.321, de 14 de abril de 1976, Decreto n. 5, de 14 de janeiro de 1991, e Portaria MTE n.º 03, de 1º de março de 2002);

4.3.3 - Declaração de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, das condições necessárias para participação no certame e de Inexistência de Fatos Impeditivos, conforme Anexo IV.

4.3.5 - O Presidente a seu exclusivo critério, a qualquer momento, se julgar necessário para o esclarecimento de dúvidas, poderá solicitar aos licitantes a apresentação de cópias dos documentos que originaram as declarações e/ou atestados apresentados. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido implicará na penalidade prevista no neste instrumento convocatório e seus anexos.

4.3.6 – O Presidente poderá, no interesse do Sesc/TO em manter o caráter competitivo desta licitação, solicitar a declaração escrito a próprio punho, quando possível do licitante, o resultado de tal procedimento será determinante para fins da qualificação técnica.

5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – **DRE último exercício social (2024)** vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, devidamente registrados em uma das situações abaixo, já exigíveis e apresentados na forma da legislação pertinente.

a. 1) Formas de apresentação do Balanço Patrimonial:

i. Por meio de Autenticação/registro pela Junta Comercial do estado corresponde:

1. Balanço Patrimonial;
2. Termos de Abertura e Encerramento;
3. Autenticação via Junta Comercial;
4. Demonstração de Resultado do Exercício – DRE;

ii. Por meio Escrituração Contábil Digital (ECD), através do SPED – Serviço Público de Escrituração Digital:

1. Balanço Patrimonial;

2. Termos de Abertura e Encerramento;
3. Demonstração de Resultado do Exercício – DRE;
4. Recibo de Entrega;

b) O Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE deverão:

- a. Estar assinados pelo Contador Responsável ou por seu eventual substituto, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- b. Estar assinado pelo Responsável Legal da Empresa;

c) Índices:

- a. Apresentar demonstrativo em folha isolada, contendo o cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Índice de Liquidez Geral (ILG), calculados a partir do Balanço Patrimonial ou Balanço de Abertura apresentado, de acordo com as fórmulas abaixo. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem quaisquer índices (ILC e ILG) inferiores a 1,00.

1 – Liquidez corrente – ILC: $\frac{AC - DA}{PC}$ (resultado = ou maior que 1)

PC

2 – Liquidez Geral – ILG: $\frac{AC - DA + ARLP}{PC + PELP}$ (resultado = ou maior que 1)

PC + PELP

Legendas:

AC – Ativo Circulante

DA – Despesas Antecipadas de Curto Prazo

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

PELP – Passivo Exigível a Longo Prazo

Certidões relativas à Qualificação Econômico-Financeira:

c.1) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA** (conforme a Lei 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição inferior a 90 dias em relação à data da apresentação dos envelopes.

c.1.1) no caso de empresas com sede em local diverso da localização da prestação dos serviços, além da certidão das alíneas b.1, poderá ser solicitada relação oficial dos cartórios e ofícios distribuidores da praça da sede. Tal solicitação, se não atendida no prazo estabelecido, poderá acarretar, a critério a Comissão de Licitação, a inabilitação da licitante.

1.1.1 Comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a **R\$ 844.880,00 (oitocentos quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta reais)**, no qual, equivale a 10% do valor estimado para o contrato.

7.3.2 - O licitante em concordata/recuperação judicial deverá demonstrar, na fase de habilitação, além dos requisitos estabelecidos no Edital, possuir capacidade econômica para execução do contrato.

7.3.2.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido ou homologado judicialmente, na forma da Lei n.º 11.101/05 e do Acórdão TCU n.º 592/2020 - Plenário, sob pena de inabilitação.

5.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS

5.1.1 – Todos os documentos deverão estar numerados utilizando-se a seguinte grafia: número da folha / quantidade total de folhas. A grafia citada visa indicar, com precisão, a quantidade total de folhas e a numeração de cada folha em relação a esse total. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, teríamos a seguinte numeração: 1/20, 2/20, 3/20... 20/20.

5.1.2 - Caso a documentação não esteja numerada o representante da empresa poderá fazê-lo durante a reunião de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

5.1.3 - Caso a documentação não esteja numerada e se o representante da empresa não estiver presente, fica autorizado pelo presidente da comissão de licitação um membro da CPL, a fazê-lo durante a reunião de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação.

5.1.4 - A documentação poderá ser apresentada em fotocópias, exceto papel térmico. Se julgar necessário, a Comissão de Licitação poderá solicitar aos licitantes a apresentação dos documentos originais para fins de confrontação com as fotocópias apresentadas.

5.1.5 - Os documentos que forem emitidos pela Internet estarão sujeitos a posterior conferência na página eletrônica do órgão emissor, que conferirá a sua autenticidade.

5.1.6 – Em se tratando de filial: A filial fica desobrigada de apresentar os documentos dos subitens 3.1 e 3.2 “c”, desde que tenham sido apresentados pela matriz. Os demais documentos serão apresentados, pela matriz e pela filial, separadamente, emitidos com os respectivos CNPJs.

6 – PROPOSTA COMERCIAL

6.1.1 - Apresentar-se em 1 (uma) via, em papel timbrado com as informações: Razão Social, CNPJ, endereço, e-mail, telefone, digitada ou datilografada, redigida de forma clara, especificando o objeto desta licitação, não podendo conter rasuras, borrões, entrelinhas, ressalvas ou emendas, devendo estar assinada pelo representante legal da licitante na última folha e rubricada nas demais, sendo todas as folhas numeradas sequencialmente.

6.1.2 - As folhas devem ser numeradas utilizando-se grafia: número da folha / quantidade total de folhas. A grafia citada visa indicar, com precisão, a quantidade total de folhas e a numeração de cada folha em relação a esse total. Como exemplo, supondo o total de vinte folhas, teríamos a seguinte numeração: 1/20, 2/20, 3/20 ... 20/20.

6.1.3 - Deverá constar a descrição completa dos serviços propostos, conforme os dados dos benefícios (estimativa da contratação) informados no Anexo I – Termo de Referência.

6.1.4 - Os valores dos benefícios serão alterados conforme Acordo Coletivo de Trabalho - ACT ou política de benefícios.

6.1.5 - O quantitativo de beneficiários poderá alterar a depender da turnover² de pessoal (admissões e demissões) Sesc/TO.

6.1.6 - Os valores descritos no Anexo I – Termo de Referência constituem uma mera previsão dimensionada, não estando o Sesc/TO obrigado a realizá-los em sua totalidade, e não cabendo a licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação, portanto o Sesc/TO se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

6.1.7 - A proposta deverá apresentar os preços unitários e o preço total, conforme subitem 6.1.1 deste Edital;

6.1.7 - Havendo discordância entre o valor total da proposta em algarismo e o total por extenso, prevalecerá o que equivaler ao valor em algarismo.

6.1.8 - Quando o faturamento for efetuado por filiais, tal fato deverá ser informado na proposta comercial, o qual deverá também cumprir as exigências para habilitação.

6.1.9 - Deverá prever, impreterivelmente, o prazo de 15 (quinze) dias para a entrega dos cartões e disponibilidade do aplicativo, conforme previsão, a contar da data da assinatura do Contrato.

6.1.10 - Deverá considerar que o pagamento será creditado em conta bancária de titularidade da licitante, em até 15 (quinze) dias úteis após a apresentação e aceite da Nota Fiscal.

6.1.11 - A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de

² Taxa de rotatividade de colaboradores da empresa Contratada.

abertura das inscrições do Credenciamento. Não sendo indicado o prazo de validade, este ficará subentendido como sendo de 90 (noventa) dias.

6.1.11.1 - É de inteira responsabilidade do licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento, objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

6.1.12 - Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que o Licitante tenha sido homologado, este fica automaticamente prorrogado, exceto se houver manifestação contrária da licitante caracterizando o declínio em continuar na licitação, dirigido à CPL -Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: licitacoes@sescto.com.br.

6.1.13 - Os termos constantes da proposta são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer modificação, após a sua entrega, sem prévia concordância ou solicitação da Comissão Permanente de Licitação.

7 - DA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

6.1 – Em suas propostas comerciais os licitantes deverão considerar que o pagamento será creditado por meio de depósito na conta corrente do contratado ou via boleto em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação da nota fiscal como fatura e aceite definitivo, na qual deverão ser discriminados o valor a ser pago pelo serviço de operacionalização de cartão magnético com chip para concessão de benefício de alimentação/refeição, com o respectivo valor, inadmitindo-se antecipações de qualquer natureza e negociação de títulos com instituições financeiras.

6.1.1 - Para que a nota fiscal seja devidamente atestada pela Coordenadoria de Recursos Humanos – Sesc/TO, deverá estar acompanhada com relatório detalhado referente a prestação dos serviços de operacionalização do cartão magnético.

6.2 - O valor total a ser pago à contratada referente a prestação dos serviços de operacionalização de cartão magnético, será apurado a partir da soma dos seguintes valores:

Valor dos serviços/anual R\$	Taxa Administrativa %	Total a pagar a contratada R\$
A = 8.448.000,00	B= 0,00 %	C= A+B

a) **Coluna A:** valor do agenciamento anual pela Contratada;

b) **Coluna B:** Taxas Administrativa 0,00% (zero virgula zero por cento) correspondente aos serviços de gerenciamento da Coluna A;

c) **Coluna C:** Valor total do faturamento devido pelo Sesc/ TO à Contratada.

6.3. Não serão aceitas taxas de administração de valor positiva ou negativo.

6.3.1 - O Sesc/TO desconsiderará proposta com Taxa de Administração superior e inferior a 0,00% (zero por cento) conforme pesquisa de mercado realizada para obtenção dos preços médios.

6.4 - Na nota fiscal deverão constar os dados bancários para depósito ou boleto do valor devido relativo à prestação de serviço do objeto desta licitação.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo esse atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da licitante vencedora não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

6.6 - Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc/TO.

6.7 - A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Não sendo indicado o prazo de validade fica subentendido como de 60 (sessenta) dias.

6.7.1 - Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido homologada, e ou adjudicada o Contrato fica automaticamente prorrogada por igual período, exceto se houver manifestação contrária formal do licitante, através de correspondência dirigida à Comissão de Licitação, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

6.8 - Havendo discrepância entre a proposta em algarismo e o total por extenso, prevalecerá este último.

6.9 - Os termos constantes da proposta apresentada são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito a qualquer modificação da mesma ou substituição de envelopes, após sua entrega.

6.10 - A taxa apresentada será irrevogável e corresponderá exatamente às condições exibida na proposta comercial, não podendo haver alterações sob pena de desclassificação do licitante.

9 – DA VIGÊNCIA

9.3 - O prazo de vigência será de 12 meses a contar do início da vigência do contrato, podendo ter eventuais prorrogações que ultrapasse o de 10 (dez) anos, conforme art. 33, §3º da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

9.3.1 - Cada prorrogação, e serão restabelecidos os termos e as condições iniciais do contato, conforme preceitua o art. 33, Parágrafo segundo e terceiro, da Resolução Sesc/DN de nº 1.593/2024.

9.2 – DO REAJUSTE

9.2.1 - Os valores dos benefícios serão alterados conforme Acordo Coletivo de Trabalho - ACT ou política de benefícios.

6.2.2 - O quantitativo de beneficiários poderá alterar a depender da turnover³ de pessoal (admissões e demissões) Sesc/TO.

10 - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

10.1 – Os envelopes distintos contendo os “Documentos de Habilitação” e a “Proposta Comercial” serão recebidos pela Comissão de Licitação às 09:00 (nove), horas do dia 24/07/2025, na Sede Administrativa do Sesc, sito na ACSO 40 (antiga 301 Norte) Conj. 01 Lote 19 Av. Teotônio Segurado, constando de:

10.1.2- Credenciamento (anexo II) e recebimento dos envelopes “documentos de habilitação” e “proposta comercial”.

10.1.3 - Rubricar os envelopes lacrados de documentações e propostas comerciais pela Comissão de Licitação e pelos licitantes.

10.1.4 - A comissão de licitação, se julgar conveniente, poderá inverter o procedimento, abrindo primeiramente as propostas, classificando os proponentes, e, só então, abrir o envelope de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.

10.1.5 - É desejável a presença do licitante ou de seu representante legal na sessão de abertura dos envelopes da fase de habilitação e propostas. O Licitante que não puder comparecer, poderão entregar antecipadamente os envelopes no Setor de Licitações do Sesc/TO e aceitará tacitamente as decisões da Comissão de Licitação.

10.1.5.1 - A entrega da Proposta Comercial e da Documentação de Habilitação, por correio ou transportadora, é de exclusiva responsabilidade do remetente e transportador. O Sesc/AR/TO não se responsabiliza pelo atraso ou extravio no transporte de qualquer proposta comercial ou documentação de habilitação encaminhada.

11 - ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Abertura dos envelopes “documentos de habilitação”, sendo a documentação analisada e rubricada pela comissão de licitação e pelos licitantes.

b) Análise de documentos e comunicação do resultado da fase de habilitação.

c) Caso a comissão de licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos de habilitação. Neste caso, todos os invólucros lacrados, contendo propostas, serão

³ Taxa de rotatividade de colaboradores da empresa Contratada.

colocados em um único envelope, que será lacrado e rubricado pelos licitantes e pelos membros da Comissão, ficando em poder desta até que seja decidida a habilitação.

c) Encerramento da reunião, após a leitura, assinatura e aprovação da ata.

11.1 – Caso não seja possível o cumprimento previsto na letra “c” do item **11**, a comunicação do resultado do exame de documentos e convocação para a reunião de abertura dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” será efetuada por meio de informe oficial para cada empresa, através do sítio eletrônico oficial do Sesc/TO, www.sescto.com.br/licitacoes.

11.2 - É desejável a participação do representante na reunião desta licitação. Porém, caso não seja possível a sua presença, os envelopes descritos no item **10.1** poderão ser entregues antecipadamente no Setor de Licitações do Sesc/TO.

11.3 – O Presidente da Comissão Permanente de Licitação, poderá prosseguir para a próxima fase do procedimento licitatório, qual seja, a abertura dos envelopes contendo a proposta comercial, desde que, não haja nenhum fato na sessão de abertura dos documentos de habilitação que comprometa o prosseguimento de fase.

12 - ABERTURA DOS ENVELOPES “PROPOSTA COMERCIAL”

12.1 - Abertura dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” dos licitantes sendo as propostas comerciais analisadas e rubricadas pela comissão de licitação e pelos representantes das licitantes.

12.2- Análise das propostas comerciais pela Comissão de Licitação, para fins de verificação de conformidade com este instrumento convocatório e seus anexos, e julgamento conforme item **11.1**.

a) Comunicação do resultado do julgamento das propostas comerciais;

b) Encerramento da reunião, após a leitura, assinatura e aprovação da ata.

c) Caso não seja possível o cumprimento do previsto na letra “a” do item 12.2, a comunicação do julgamento final da licitação será efetuada através de e-mails e publicação no sítio eletrônico oficial do Sesc/TO www.sescto.com.br/licitacoes.

10.2 - O não comparecimento do representante da empresa licitante às reuniões de abertura de envelopes, não invalida a sua participação, porém resulta em anuência tácita com as decisões tomadas pela comissão de licitação, registradas em ata.

13 - JULGAMENTO

13.1 – O exame e julgamento das propostas serão procedidos pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação em reunião pública.

13.2 – Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido nesta Concorrência, serão desclassificadas as propostas que:

13.2.1 - Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

13.2.2 - Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

13.3 – As empresas que atenderem todos os critérios estabelecidos no edital e seus anexos serão consideradas aptas.

13.4 – As empresas APTAS serão convocadas para no prazo de até 05 (cinco) dias corridos encaminhem digitalmente no e-mail: licitacoes@sescto.com.br seu material de comunicação e marketing, juntamente com a lista de estabelecimentos credenciados conforme previsto neste no subitem 14.2.2.

13.4.1 – o material de comunicação e marketing, incluindo um vídeo institucional não poderá ter duração acima de 5 (cinco) minutos.

13.4.2 – A licitante que encaminha vídeo com o prazo acima do prazo previsto no subitem 13.4.1 poderá ter sua proposta desclassificada.

14 - CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA

14.1 - Após a divulgação do resultado das APTAS será concedido prazo para que estas encaminhem digitalmente seu material de comunicação e marketing juntamente com lista dos estabelecimentos credenciados para o e-mail: licitacoes@sescto.com.br, com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais da empresa para os empregados do Sesc/TO.

14.2 - As empresas aptas deverão apresentar em até 5 (cinco) dias corridos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Digitalmente seu material de comunicação e marketing, incluindo um vídeo institucional não poderá ter duração acima de 5 (cinco) minutos;

14.2.2 – Listagem com o mínimo de estabelecimentos credenciados nas seguintes cidades:

- a) 70 (setenta) estabelecimentos credenciados em Palmas/TO;
- b) 60 (sessenta) estabelecimentos credenciados em Araguaína;
- c) 30 (trinta) estabelecimentos credenciados em Gurupi/TO;
- d) 15 (quinze) e estabelecimentos credenciados m Porto nacional/TO; e
- e) 15 (quinze) estabelecimentos credenciados em Paraíso/TO.

14.3 - DA SELEÇÃO DA EMPRESA

14.3.1 – Os funcionários escolherão através de votação, dentre as empresas que forem APTAS, qual irá administrar os cartões de concessão do seu benefício.

14.3.2 - A escolha da empresa a ser contratada será realizada pelo funcionário em formulário específico junto ao Sesc/TO.

14.3.3 - Todos os funcionários ativos das unidades poderão escolher, dentre as empresas APTAS, aquela que administrará seu benefício. Será considerada vencedora a empresa APTA que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

14.3.4 - A apuração dos votos dos funcionários do Sesc/TO será realizada pela Comissão Permanente de Licitação, sendo contratada a empresa APTA que obtiver o maior número de votos.

14.3.5 - Os funcionários que não fizerem a opção dentro do prazo estipulado serão vinculados à empresa APTA escolhida pela maioria simples dos funcionários.

14.3.6 - Havendo admissão de um novo funcionário após a votação, este deverá aderir à empresa Contratada que venceu a votação.

14.3.7 - Ocorrendo empate entre propostas (votos), o desempate dar-se-á através dos seguintes critérios, na seguinte ordem:

14.3.7.1. Obter a maior rede credenciada no Estado do Tocantins;

14.3.7.3. Obter o maior número de hipermercados credenciados no Estado do Tocantins;

14.3.8 - Em caso de empate, será realizado sorteio pela Comissão Permanente de Licitação, em sessão pública, cujo local, data e horário serão previamente definidos e formalmente comunicados aos interessados.

15 - DA HOMOLOGAÇÃO

15.1 – Concluída a análise das fases do processo e observados os recursos porventura interpostos na forma da resolução vigente, a Comissão emitirá relatório conclusivo dos trabalhos desenvolvidos no certame, remetendo-o à autoridade superior do Sesc/TO, juntamente com os elementos constitutivos do processo, necessários à Homologação da respectiva licitação.

15.2.1 - A autoridade superior do Sesc/TO poderá, por conveniência e oportunidade, sempre visando o interesse do Sesc/TO, deixar de homologar; homologar parcialmente tendo o direito potestativo de cancelar a licitação a qualquer momento, sem que isto gere aos licitantes qualquer direito, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.

15.3 – Sendo homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para coleta e assinatura do Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação.

15.4 - O resultado desta licitação será divulgado, através do sítio eletrônico oficial do Sesc/TO: www.sescto.com.br/licitacao e outros meios de comunicações.

16 – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. A Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em vigor em todo território nacional, tem como principal objetivo garantir a transparência e regulamentação no tratamento dos dados pessoais.

16.2. Comunicamos que o Sesc/TO, bem como, seus clientes, fornecedores e demais parceiros devem se adequar à LGPD, seguindo as devidas premissas para atingir o compliance de forma segura e sustentável.

16.3. O Sesc/TO reforça seu compromisso com a transformação digital, nos termos da Legislação vigente, bem como seu apoio irrestrito e incondicional ao direito, privacidade e proteção dos dados pessoais dos titulares, aliados a transparência, segurança e regulamentação no tratamento dos dados pessoais.

17 - PENALIDADES

17.1– A recusa em assinar o Contrato, no prazo de até três dias úteis, a partir da convocação (SUBITEM 9.1), dará ao Sesc/TO o direito de suspender o preponente em até três anos, do direito de licitar e contratar com o Sesc/TO, e homologar esta licitação aos preponentes remanescentes, na ordem de classificação.

17.2 – Outras penalidades estão previstas no Contrato.

17.3 – Para fins de penalidade o lance é considerado proposta.

17.4 – A critério do Sesc/TO as sanções poderão ser cumulativas.

17.5 - Quando o convocado não assinar o contrato ou o instrumento equivalente, no prazo e nas condições aqui estabelecidas, serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalização da contratação nas condições de suas propostas, limitado ao valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, ou revogar a licitação.

17.6 - Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os proponentes selecionados liberados dos compromissos assumidos.

18 - DOS CASOS OMISSOS

18.1 - Todos os casos omissos serão julgados pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com as disposições existentes sobre o assunto, sendo que o resultado será informado a todos os interessados, e passará a ser parte integrante do procedimento licitatório.

19 - DOS RECURSOS

19.1 - Da decisão da Comissão de Licitação relativa ao julgamento desta licitação caberá recurso fundamentado, dirigido ao Sr. Diretor Jurídico da Administração Regional do Sesc/TO, por escrito e protocolado original, por meio da Comissão de Licitação, no prazo **de 2 (dois) dias úteis**⁴, a contar da data da divulgação da decisão.

19.1.1 - Poderá, também, enviar a interposição do recurso no endereço eletrônico - e-mail: *licitacoes@sesc.to.com.br*. O documento deverá ser encaminhado anexo ao e-mail em formato pdf, assinado pelo representante legal da empresa.

19.2 – O representante legal da empresa, poderá manifestar na sessão licitatória, o interesse de não interpor recurso, e, caso o faça, terá o seu direito precluso de recorrer.

19.2.1 – A Comissão Permanente de Licitação, deve constar em ata a manifestação prevista no item 19.1, e, por conveniência e oportunidade, poderá prosseguir para as demais fases do procedimento licitatório.

20 - DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

20.1 - Os recursos terão efeito suspensivo e os interpostos intempestivos não serão conhecidos, operando-se a respeito à preclusão.

20.2 - Não caberá recurso da decisão da autoridade competente que é a última instância de julgamento da Entidade.

20.3 - Interposto recurso, abrir-se-á vista aos LICITANTES, no Sesc/TO, pelo prazo comum de 02 (dois) dias úteis, para contrarrazões, contados a partir da comunicação da sua interposição.

20.3.1 - A reconsideração da decisão somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

⁴ Resolução Sesc/DN nº 1.593/2024.

Art. 30. Caberá recurso da decisão de declaração de licitante vencedor no prazo de dois dias úteis, com efeito suspensivo.
(...)

§ 2º Os participantes que puderem ter a sua situação no processo afetada pela reconsideração da decisão poderão se manifestar sobre o pedido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da sua ciência.

§ 3º A reconsideração da decisão somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.4 - Apresentado ou não do recurso, o Presidente poderá realizar instrução complementar, submetendo à decisão final da Autoridade Competente, cujo resultado será comunicado por correspondência, via o sítio eletrônico oficial do Sesc/TO: www.sescto.com.br ou e-mail.

20.5 - Os Recursos e Contrarrazões de Recursos deverão ser dirigidos Presidente, que deverá realizar as instruções complementares que entender necessárias e encaminhar para a decisão da Autoridade Competente.

20.6 - É facultado aos LICITANTES formularem impugnações ou protestos, por escrito, devidamente registrados nas atas dos trabalhos, relativos ao(s) outro(s) LICITANTE(S) ou ao transcurso da Licitação. Entretanto, qualquer conduta caracterizada como prejudicial ao Processo Licitatório poderá ser considerada como incurso no ***preceito do artigo 335⁵, do Código Penal***.

20.7 - Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21 – DA COMUNICAÇÃO

21.1. Para os fins de comunicação no âmbito deste contrato, todas as notificações, avisos ou comunicações serão realizados por escrito, enviadas por via postal ou por correio eletrônico, com aviso de leitura e ou entrega, carta registrada ou por intermédio de Cartório do Registro de Títulos e Documentos, devendo sempre observar o disposto abaixo:

CONTRATANTE:

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

CONTRATADO:

Nome:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

21.3. As comunicações/notificações realizadas conforme disposto nesta Cláusula, serão consideradas entregues:

I. No momento da entrega, se entregues em mãos, mediante protocolo;

⁵

[CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940](#)

Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida. Inutilização de edital ou de sinal.

Sesc - Serviço Social do Comércio | Departamento Regional Tocantins | Sede Administrativa

Quadra ACSU NO 40, Av. Teotônio Segurado, Conj. 01, LT 19, Nº 19 - Palmas/TO - CEP 77001-226

TEL (63) 3219-9101 | www.sescto.com.br

Página **19** de **28**

II. No momento do recebimento, se enviadas por correio ou courier; e

III. No momento indicado no próprio e-mail se enviadas por meio eletrônico.

21.4. Ficam obrigados o CONTRATANTE e o CONTRATADO a notificar um ao outro em caso de alteração nos endereços acima.

21.5 – Cabe a área de Gestão de Contratos a formalização dos atos necessários para garantir a perfeita execução deste termo, com comunicação por meio do **Telefone:** (063) 3219 - 9113/9125 / E-mail: gestaodecontratos@sescto.com.br, não prejudicando os atos de responsabilidade do fiscal.

22 – DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 - As decisões relativas a esta licitação serão comunicadas através do sítio eletrônico oficial do Sesc/TO <https://www.sescto.com.br/licitacao>, e outros meios de comunicação.

22.2 – Em suas propostas comerciais os licitantes deverão considerar que o pagamento será creditado em conta bancária indicada pelo contratado, em até **15 (quinze)** dias úteis após a apresentação da fatura e aceite definitivo dos produtos, inadmitindo-se antecipações de qualquer natureza e negociação de títulos com instituições financeiras.

22.3 A Comissão de Licitação poderá, no interesse do Sesc/TO em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura do certame e possa ser sanada em prazo fixado por ela. Poderá também pesquisar via **Internet**, quando possível, para verificar a regularidade/validade de documentos, certidões e outros. Tais informações (print/recorte e ou emissão da consulta não caracteriza juntada de documento novo). O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação.

22.4 - Não serão levadas em consideração documentos e propostas que não estiverem de acordo com as condições deste edital e seus anexos quer por omissão, quer por discordância, e o Sesc/AR/TO se reserva o direito de rejeitá-las e cancelar a presente licitação, a qualquer momento, no todo ou parcialmente, antes da formalização da contratação junto ao licitante vencedor.

22.5 - A comissão de licitação poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar diligência aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a documentação e as propostas apresentadas. Sendo obrigatório nos casos de erros formais ou vícios sanáveis. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá implicar desclassificação e/ou inabilitação do licitante.

22.6 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação, só poderão ser retirados após a assinatura do Contrato, e os que não forem retirados, serão destruídos 15 (quinze) dias depois da assinatura.

22.7 - A contratada e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem do Sesc/AR/TO e/ou terceiros em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

22.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento do Sesc/TO.

22.9 - Quando não for possível realizar o ato do recebimento do envelope desta licitação, a Comissão de Licitação marcará nova data e hora a ser divulgada conforme previsto no subitem **22.10**.

22.10 - A Comissão de Licitação a qualquer tempo, antes da data da apresentação das propostas, poderá proceder alterações concernentes a esta licitação, postando no sítio eletrônico oficial do Sesc/TO <https://www.sescto.com.br/licitacao> no link licitações, correspondente adendo, disponibilizando assim aos interessados, sendo facultado à CPL, se for o caso, adiar a data do recebimento da documentação.

22.11 - A participação nesta licitação implica total e irrestrita concordância com todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

22.12 - Os procedimentos desta licitação não têm natureza jurídica de propostas de contratação, assegurando ao Sesc o direito potestativo de cancelar unilateralmente está licitação, a qualquer momento, no todo ou em parte, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for, inclusive de reparação a eventuais perdas e danos ou de lucros cessantes.

22.13 - Independentemente de declaração expressa, a apresentação dos documentos e da proposta implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste instrumento convocatório e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes nos documentos apresentados, e ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa o qual, na incidência, obriga o licitante a comunicar ao Sesc/TO quando ocorrido durante o certame.

22.14 – A qualquer momento o Sesc/TO poderá desclassificar o licitante sem que lhes caiba qualquer indenização, caso tenha conhecimento de fato que desabone a idoneidade, a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive incorreções que venham a ser detectadas na documentação ou propostas.

22.15 – O licitante que apresentar proposta estará vinculada a ela, e se responsabilizará pelo fornecimento do objeto nas condições oferecidas.

22.16 – O licitante que não informar na proposta prazo para a prestação dos serviços, validade, forma de pagamento e garantia, fica estabelecida às condições solicitada no instrumento convocatório.

22.17 - Município de Palmas/TO é o domicílio e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e a procedimentos dela resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.18 – São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo de Proposta;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Recebimento dos Documentos, Conhecimento das Condições e de Inexistência de Fatos Impeditivos;

Anexo V – Minuta do Contrato.

Palmas/TO, 04 de julho de 2025.

Adilio Rodrigues Ribeiro
Presidente da CPL

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR
DESCONTO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Disponível no Sítio Eletrônico Oficial: <https://www.sescto.com.br/Licitacao>

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR
DESCONTO

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Em atendimento ao disposto na Licitação em epígrafe, credenciamos o Sr....., portador da Carteira de Identidade nº Expedida por Em ____/____/____, para que represente nossa empresa nessa licitação, com poderes plenos para prestar esclarecimentos, assinar Atas e ou contratos, interpor recursos ou renunciar ao direito de interpô-los e praticar tudo mais que seja necessário à participação de nossa empresa na licitação.

Local e data.

Assinatura do responsável

OBSERVAÇÃO:

Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal.

Este documento de credenciamento poderá ser substituído por Procuração Pública com poderes específicos para participação em licitações.

Deverá ser juntado o documento que comprove o poder de delegação do outorgante.

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR
DESCONTO
ANEXO III

Ao Serviço Social do Comércio – Sesc
Comissão de Licitação

Apresentamos nossa proposta de preços para a prestação dos serviços de administração, intermediação e fornecimento do benefício de alimentação/refeição aos colaboradores do Serviço Social do Comércio – Sesc, Administração Regional no Estado do Tocantins – Sesc/TO.

O benefício será concedido por meio de créditos mensais, cumulativos, disponibilizados em cartões eletrônicos com chip de segurança, nas modalidades alimentação e refeição. Esses cartões deverão permitir a aquisição de gêneros alimentícios in natura e/ou refeições prontas em rede de estabelecimentos credenciados, conforme previsto na legislação vigente e nas normas do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamentam o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
1	Contratação de empresa para fornecimento e administração de cartão alimentação/refeição, para uso dos empregados do Sesc /TO, com recargas mensais no valor total inicialmente de R\$ 703.837,74 (setecentos e três mil e oitocentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos) por mês trabalhado	R\$ 704.000,00	%	R\$

Considerando os seguintes valores:

Valor dos serviços/anual R\$	Taxa Administrativa %	Total a pagar a contratada R\$
A = 8.448.000,00	B= 0,00 %	C= A+B

ORIENTAÇÕES GERAIS:

Considerando a média dos últimos três meses (março, abril e maio), estimamos o custo mensal com o benefício de vale alimentação e refeição conforme a seguir:

- 338 (trezentos e trinta e oito) funcionários fazem 40 (quarenta) horas semanais e percebem o valor do benefício em R\$ 1.200,00 (mil duzentos reais);
- 201 (duzentos e um) funcionários fazem de 40 até 44 h semanais, percebem o valor do benefício em R\$ 1.320,00 (um mil, trezentos e vinte reais); e
- 20 (vinte) funcionários, na condição de jovens aprendizes, percebem o valor do benefício em R\$ 600,00 (seiscentos reais).

O valor total mensal estimado é uma média de 03 (três) meses, quais sejam, março, abril e maio de 2025.

Razão social:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

Endereço:

Cidade, de de 2025.

Assinatura do responsável

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR
DESCONTO
ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS, CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E
DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Declaro para os devidos fins de comprovação junto à Comissão de Licitação, que a empresa _____, CNPJ nº _____, localizada na _____, neste ato representada pelo Sr. _____ identidade _____ que recebemos os documentos (Edital, projetos, planilhas e memoriais) e que tomamos conhecimento de todas as condições necessárias à participação deste processo licitatório e que não existem fatos que impeçam a participação de nossa empresa no presente certame.

Cidade, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal

(este documento deverá preferencialmente ser impresso em papel timbrado da licitante)

PROCESSO LICITATÓRIO DE N.º 00009-25- CC, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA, DO TIPO MAIOR
DESCONTO
ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Disponível no Sítio Eletrônico Oficial: <https://www.sescto.com.br/Licitacao>

EDITAL 000009-25 - CC - VALE ALIMENTAÇÃO.pdf

Documento número #4c608fc9-f6c3-4393-b143-02f96b316edc

Hash do documento original (SHA256): 71c44008e5438fdb4784123d190d6e62b505a749aee29de05ccb3f1c602f6d1f

Assinaturas



Adílio Rodrigues Ribeiro

CPF: 966.529.771-68

Assinou em 04 jul 2025 às 17:37:14

Log

04 jul 2025, 15:23:58	Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a criou este documento número 4c608fc9-f6c3-4393-b143-02f96b316edc. Data limite para assinatura do documento: 03 de agosto de 2025 (15:23). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
04 jul 2025, 15:25:09	Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a adicionou à Lista de Assinatura: adilio@sescto.com.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Adílio Rodrigues Ribeiro e CPF 966.529.771-68.
04 jul 2025, 17:37:14	Adílio Rodrigues Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail adilio@sescto.com.br. CPF informado: 966.529.771-68. IP: 177.126.90.42. Componente de assinatura versão 1.1259.1 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
04 jul 2025, 17:37:14	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 4c608fc9-f6c3-4393-b143-02f96b316edc.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 4c608fc9-f6c3-4393-b143-02f96b316edc, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.